

Coréia do Sul proíbe novas termelétricas a carvão e Brasil resume-se à questão da "reserva" de cobre

by Luiz Prado - sexta-feira, setembro 01, 2017

<http://www.luizprado.com.br/2017/09/01/coreia-do-sul-proibe-nova-termeletricas-a-carvao-e-brasil-resume-se-a-questiuncla-da-reserva-de-cobre/>

O ministro do Comércio, Indústria e Energia da Coreia do Sul (no Brasil, seriam três ou quatro ministérios) anunciou que (a) não serão mais concedidas licenças para termelétricas a carvão, (b) as usinas térmicas a carvão em fase de implantação deverão ser convertidas para o uso do gás natural, (c) a operação das térmicas a carvão com maiores emissões por serem mais antigas será simplesmente suspensa de maneira a reduzir as emissões a menos da metade, (d) a redução ou supressão da implantação de usinas nucleares está sendo considerada, e (e) a meta de 20% de geração de energias renováveis até 2030 será mantida, inclusive com a extensão dessas fontes à agricultura.

É uma radical mudança na matriz energética da Coreia do Sul, que em 2016 era constituída de 39% de carvão e 31% de nuclear (uma fonte já considerada ultrapassada na maior parte do mundo).

O anúncio das decisões pode ser lido [aqui](#).

Enquanto isso, o Brasil (a) não consegue encerrar o besteirol das usinas nucleares cujos custos já não são mais competitivos com as energias renováveis (em particular se considerados os custos ao longo da vida útil), e (b) o Ministério do Meio Ambiente licenciou uma nova termelétrica a carvão - Ouro Negro, no Rio Grande do Sul - que, sozinha, aumentará as emissões brasileiras de gases causadores de mudanças climáticas em 7%.

Enquanto isso, a turma do meio ambiente perde-se na discussão da extinção de uma reserva de cobre e outros minerais sem considerar que (a) em nenhuma hipótese poderão ser autorizadas atividades (legais) de mineração dentro das unidades de conservação (de papel) existentes na mesma área e a ela sobrepostas, (b) o mesmo vale para terras indígenas - indígenas ainda tutelados pela FUNAI, (c) unidades de conservação só podem ser suprimidas ou terem o seu perímetro modificado por lei, e (d) atividades de mineração requerem licenciamento ambiental e, se o ministro - o atual ou qualquer outro - tiver boas razões há sempre a alternativa de negar as licenças (já que seus ministérios não têm competência técnica para modernizar as normas sobre mineração, exigindo, no mínimo, o reuso integral da água como já permite a tecnologia disponível e já ocorre até mesmo na África).

O jogo de cena de um ministério isolado resistindo ao restante do governo - deste ou de qualquer governo, desde as origens do MMA - já cansou. As hidrelétricas na Amazônia foram objetos de intermináveis bate-bocas e ações judiciais... e nem uma só deixou de ser construída em decorrência de todo o lero-lero que não propunha qualquer alternativa, como por exemplo a progressiva substituição da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC que subsidia os sistemas isolados a diesel que é paga por todos e que em 2016 embolsou a modesta soma de **R\$ 6,6 bilhões**.

Em países minimamente sérios, sistemas de geração solar vêm substituindo rapidamente a geração térmica a diesel, com redes de distribuição também locais.

Quem sabe a turma arranja alguém que fale inglês para ir lá conversar com a Tesla, entre outras dezenas de opções. (É verdade que a resistência à inovação e à experiência internacional não é um privilégio de qualquer área específica do poder público no Brasil).

https://www.youtube.com/watch?v=pn_xqNskiNA

Mas... para que é mesmo que serve o MMA?